

Estudo Técnico Preliminar 1/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.002830/2020-11

2. Descrição da necessidade

A Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí – SR/PF/PI, por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Visa atender principalmente aos princípios da publicidade e transparência dos atos administrativos.

O dever de atendimento ao princípio constitucional da Publicidade, constante no Art. 37, caput, demanda publicações como regra geral.

Diversas normas tratam de tal dever, lei das PPPs nº 11.079/2004; RDC nº 12.462/2011, no caso em concreto a necessidade se faz mais presente por força do Art. 20, III, da Lei 8.666/1993.

“Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

...

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.”

Além das publicações decorrentes de dispositivos, concernentes ao campo licitatório, os serviços também abrangem outras publicações tais como Chamamento ou Consulta Público, Convocações em caráter geral ou individual, entre outros atos que visem informar ou consultar a sociedade, ou ampliar concorrência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CPL/SELOGR/SR/PF/PI	DOGIVAL FERREIRA MORAIS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa a ser contratada deve possuir condições técnicas e operacionais para o adequada prestação dos serviços.

4.2 Com base na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, a distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal é competência da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, exceto a veiculada pelos órgãos oficiais da União e do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.

4.3. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, com início a partir da data de assinatura, conforme o limite estabelecido no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

4.4.1 O prazo de prestação de serviços estipulado em 60 meses ininterruptos permitirá maior economia para a Polícia Federal no Piauí, pois os procedimentos de contratação e prorrogação contratual demandam a participação de servidores de diferentes áreas administrativas, tais como Setor de Administração; Gestão de Contratos; Fiscal de Contratos, Unidade de Controle Interno entre outros, bem como um custo considerável, computando o valor hora/homem desses servidores e demais custos do processo administrativo, além de outros para a administração como um todo como consultoria jurídica e publicações na imprensa oficial.

4.4.2 Nesse mesmo sentido temos o Anexo IX "DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO" da IN. 05 /2017, que permite a formalização de contrato por prazo indeterminado junto a imprensa nacional.

O órgão ou entidade poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público essencial de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela empresa brasileira de correios e telégrafos e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

4.4.3 Os serviços prestados pela Imprensa Nacional são similares aos prestados pela EBC, ambos são realizados sob regime de "monopólio". Ainda, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 5º, da Lei nº 6.650 de 23/05/79, c/c parágrafo primeiro do art. 8º da Lei nº 11.652/ de 07/04/08, compete à EBC, sucessora da RADIOBRÁS, a distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, entendida como tal a publicação de avisos, balanços relatórios e outros a que estejam obrigados por força de lei ou disposição regulamentar ou regimental, a exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União.

4.4.4 Nesse sentido, considerando a economia financeira e administrativa, o fato da EBC já trabalhar com o prazo de 60 meses ininterruptos, e principalmente não haver óbice legal, entendemos como plenamente aceitável a formalização de contrato por 60 meses ininterruptos.

4.5. As obrigações da Contratante e Contratada estão previstas no Contrato de Distribuição de Publicidade Legal.

4.6. A empresa deverá apresentar regularidade fiscal junto às fazendas federal, estadual (domicílio ou sede da empresa) e municipal (domicílio ou sede da empresa); trabalhista e relativos à seguridade social;

4.7. Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base na Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, a Empresa Brasil de Comunicação tem monopólio sobre os serviços de publicidade legal das entidades da Administração Federal, exceto as veiculadas pelos órgãos oficiais da União e do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.

5.2. Não cabendo consulta de alternativas no mercado, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz a contratação EBC para atendimento da demanda da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, para prestação de serviços de publicidade legal, por inexigibilidade de licitação, com base no caput do art. 25 da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.

6.2 A inviabilidade de competição decorre do inciso VII do art. 8º da Lei nº 11.652, de 07.04.2008, que diz que cabe à Empresa Brasil de Comunicação – EBC distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União, combinado com o § 3º do art. 9º do Decreto nº 6.555 de 08.09.08 que estabelece que “A publicidade legal não enquadrada no caput será distribuída pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, nos termos do art. 8o, inciso VII, da Lei no 11.652, de 07.04.2008, observadas as instruções da Secretaria de Comunicação Social”.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Histórico de consumo			
2020	2019	2018	2017
R\$ 3.481,22	R\$ 1.846,08	R\$ 2.199,98	R\$ 2.266,38
Média	R\$ 2.448,42		

Tomando como base o histórico de consumo dos últimos 4 (quatro) anos, tem-se a média anual de R\$ 2.448,42. Observam-se variações, mas sem projeções de aumento no consumo anual. Portanto o valor de R\$ 3.000,00 anuais supre a demanda.

Quanto à quantidade, constitui difícil previsão, visto que o valor unitário depende do tamanho do texto a ser publicado que por sua vez vai variar de acordo o tipo de processo e objetivo a ser alcançado.

Considerando ainda que o contrato é estimado apenas por valor, a informação de quantitativo de publicações, torna-se de pouca valia.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor total estimado da contratação é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o período de 60 meses.

Os preços praticados pela Empresa Brasil de Comunicação se dão base no Art. 11, VII, da Lei 11.652/2008 que estabelece como fonte de recursos tais publicações.

“Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

...

VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;”

De forma mais específica o desconto de 20% sobre o valor bruto da Nota fiscal tem amparo na Normas-padrão da atividade publicitária que dispõe sobre o relacionamento comercial entre anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação, frente à lei nº 4.680/65 e aos decretos nº 57.690/66 e 4.563/02.

“2.5 O Desconto-Padrão de Agência” de que trata o art. 11 da Lei nº 4.680/65 e art. 11 do Decreto 57.690/66, bem como o art. 19 da Lei 12.232/10, é a remuneração destinada à Agência de Publicidade pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta de clientes anunciantes.

2.5.1 Toda Agência que alcançar as metas de qualidade estabelecidas pelo CENP, comprometendo-se com os custos e atividades a elas relacionadas, habilitar-se-á ao recebimento do “Certificado de Qualificação Técnica”, conforme o art. 17, inciso I alínea “f” do Decreto nº 57.690/66, e fará jus ao “desconto padrão de agência” não inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor dos negócios que encaminhar ao Veículo por ordem e conta de seus Clientes.”

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação é de apenas um serviço e prestado com exclusividade, não cabendo parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, atualizado pela Portaria nº 4453/2014 - DG/DPF

“9.10.6. Ação Estratégica: Promoção da accountability e da transparência da gestão

Aprimorar a transparência da gestão ao público interno e externo e fomentar mecanismos de prestação de contas para a sociedade.”

12. Resultados Pretendidos

12.1. Atender aos princípios da publicidade e transparência dos atos administrativos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Produção de lixo, tipo papel, decorrente da impressão de jornais e de sua distribuição.

14.2. Este Órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a existência de recursos orçamentários e obrigação de atendimentos aos princípios da publicidade e transparência dos atos públicos, faz-se necessário a contratação.

16. Responsáveis

GABRIELLY DA PAZ MATOS NASCIMENTO

Gestão de Contratos

CAMILO MAGALHÃES DA TRINDADE

Agente Administrativo

DOGIVAL FERREIRA MORAIS

Pregoeiro